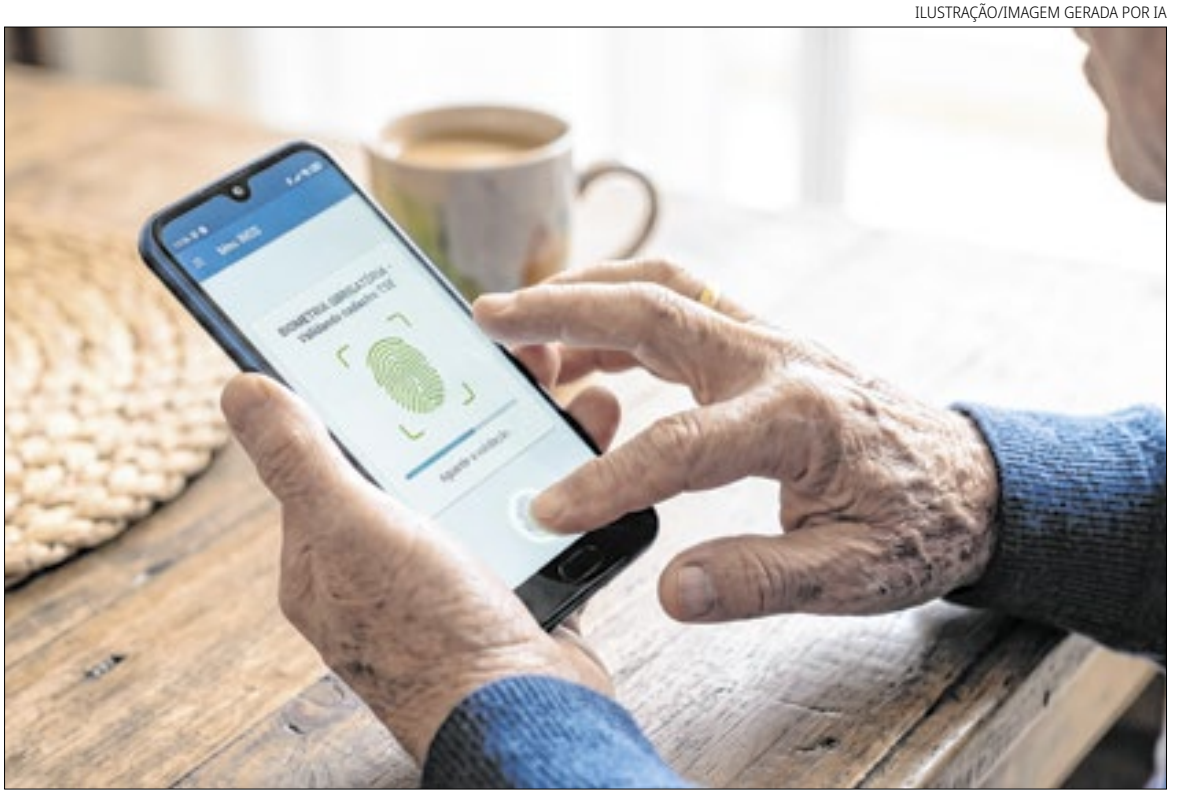
RMC reúne mais de 182 mil títulos cancelados e 26 mil suspensos

Levantamento aponta 357 mil eleitores sem biometria cadastrada na Região

Por **Jéssica Esteves**

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Campinas lidera os registros de cancelamentos e de direitos políticos suspensos entre as 20 cidades da RMC.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) reúne 182.881 títulos eleitorais cancelados e 26.590 eleitores com direitos políticos suspensos, segundo levantamentos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), com data de referência de 16 de novembro. A região tem também 357.881 eleitores sem biometria cadastrada, o equivalente a 15,23% do eleitorado.

A RMC possui 2.349.986 eleitores, dos quais 1.992.105 têm biometria cadastrada, cobertura de 84,77%. Campinas concentra o maior número de pessoas sem registro biométrico, com 124.675, seguida por Americana (22.988) e Sumaré (22.343). Vinhedo tem a maior cobertura, de 99,61%, enquanto Hortolândia registra 77,98%.

Americana, Campinas e Sumaré não passaram por revisão biométrica obrigatória. Isso não significa que todos os eleitores dessas cidades estejam sem biometria, já que parte dos registros pode ser incorporada por órgãos parceiros, como Denatran e IIRGD. O procedimento utiliza informações de órgãos públicos parceiros, conforme a Resolução TSE nº 23.659/2021 e a Lei Geral de Proteção de Dados. A integração ocorre por acordos entre órgãos.

Dos 182.881 títulos cancelados, 124.738 ocorreram por ausência às urnas e falta de justificativa em três eleições consecutivas. Outros 58.143 foram cancelados pelo não comparecimento à revisão do eleitorado nos municípios em que o procedimento foi obrigatório.

Campinas lidera, com 56.122 títulos cancelados. Na sequência estão Indaiatuba (17.726), Hortolândia (15.520), Santa Bárbara d'Oeste (14.659), Sumaré (12.802) e Americana (9.967). Valinhos soma 9.607 registros e Itatiba, 7.946.

Os cancelamentos por ausência ficaram suspensos desde 2020, devido à pandemia, e foram retomados em 2025. O levantamento não inclui eventuais cancelamentos relacionados às eleições de 2026, que serão processados após o fim do prazo para informar o motivo da ausencia.

O TRE-SP aponta 26.590 eleitores com direitos políticos suspensos nas 20 cidades. Campinas tem 9.246 registros; Sumaré, 2.652; Hortolândia, 2.335; Santa Bárbara d'Oeste, 2.200; e Americana, 1.962.

Indaiatuba registra 1.538 eleitores nessa condição; Paulínia, 1.024; Itatiba, 783; Monte Mor, 703; Cosmópolis, 652; Valinhos, 615; Nova Odessa, 561; Jaguariúna, 538; Artur Nogueira, 448; Pedreira, 442; Vinhedo, 397; Santo Antônio de Posse, 234; Engenheiro Coelho, 110; Holambra, 85; e Morungaba, 65.

A suspensão dos direitos políticos é diferente do cancelamento do título. Por isso, os indicadores são apresentados separadamente e não devem ser somados como se representassem grupos distintos.Os eleitores com título cancelado podem procurar qualquer cartório eleitoral do Estado, de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h, mediante agendamento.

Câmara de Sumaré vota projeto que proíbe scooters elétricas nos parques e nas praças

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SUMARÉ



O PL 205/2026 proíbe veículos elétricos em áreas exclusivas para pedrestres

A Câmara de Sumaré vota nesta terça-feira (17), na 38ª sessão ordinária, o PL 205/2026, que proíbe scooters elétricas, ciclomotores e autopropelidos em parques, praças, calçadas e áreas exclusivas para pedestres. De autoria do vereador Allan Sangalli, a proposta tem duas emendas. A sessão terá cinco matérias, é aberta ao público com transmissão online nos canais oficiais.

O texto restringe veículos de duas ou três rodas com motor elétrico e acelerador manual, independentemente da potência ou velocidade. Ficam fora da proibição as cadeiras de rodas motorizadas, brinquedos infantis, patinetes elétricos e bicicletas com pedal assistido e sem acelerador, respeitadas as regras federais e a prioridade do pedestre.

Se aprovado e sancionado, o projeto prevê advertência na primeira abordagem e multa, dobrada na reincidência. O veículo poderá ser apreendido se o condutor se recusar a deixar o local ou oferecer risco a terceiros. A retirada dependerá do pagamento da multa e das taxas de remoção e estadia. Para menores, será exigida a presença dos responsáveis.

Na justificativa, Sangalli afirma que o uso imprudente e em alta velocidade ameaça crianças, idosos, animais e famílias. A pauta inclui ainda o PL 260/2026, de Ney do Gás, sobre saúde preventiva, e o PL 292/2026, de Professor Edinho, sobre o contato de crianças e adolescentes com a natureza.

Paulínia abre consulta para interessados em vagas na EJA 2027

Da **Redação**

Paulínia recebe, até 30 de novembro, manifestações de interesse de jovens, adultos e idosos que desejam iniciar ou retomar os estudos no 1º semestre de 2027, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A chamada pública da Secretaria de Educação busca identificar a demanda por vagas e subsidiar o planejamento da oferta na rede municipal.

Os interessados devem preencher o formulário disponível em paulinia.sp.gov.br/eja2027. O levantamento considera escolaridade, região de residência, disponibilidade de horários e necessidades dos participantes. A manifestação não representa matrícula nem garante vaga em unidade ou período específico.

Após a análise da demanda e das condições de atendimento da rede, a Secretaria orientará os participantes sobre os próximos procedimentos. Quem precisar de auxílio para preencher o formulário pode procurar uma Unidade Municipal de Ensino.

A iniciativa busca ampliar o acesso à educação e organizar o atendimento de pessoas que pretendem retomar a formação escolar em 2027. O prazo para participação termina em 30 de novembro.

A chamada pública é voltada a pessoas que não concluíram a educação básica e desejam voltar a estudar. As informações coletadas também permitirão identificar as regiões com maior procura e as necessidades de horários.

REPRODUÇÃO/GOVERNO FEDERAL



O prazo para participação termina em 30 de novembro